

# Riscos de congelamento prematuro

CARLOS GERALDO LANGONI

10 MAI 1987

O GLOBO

Talvez o maior problema que o Ministro Bresser Pereira terá de enfrentar de imediato é o de resistir as pressões que certamente se avolumarão, para precipitar novo choque heterodoxo antes de completar sua anunciada tarefa de "por um pouco de ordem na economia".

Este último objetivo irá exigir um horizonte de tempo mínimo que não pode ser delimitado "a priori" com precisão, tal o estado caótico das contas do setor público e das relações de produção no setor privado. Adicione-se ainda o emagrecimento de nossa balança comercial assim como o impasse nas negociações externas para concluirmos que há muito que fazer antes de reeditar a nova versão de um plano de estabilização.

Em brilhante ensaio teórico ainda não publicado, o profº Mário Henrique Simonsen chama a atenção para a única justificativa racional das chamadas "políticas de rendas" (controles de salários e preços) no contexto de um programa de combate à inflação: tornar impossível ganhos unilaterais a partir de uma ação não cooperativa de qualquer dos diferentes grupos envolvidos no jogo da inflação.

O sentido prático desta colocação é claro, pondo em evidência o conflito entre comportamento individual e interesses coletivos.

Considere o caso da correção salarial: cada indivíduo ou sindicato só estará disposto a aceitar a desindexação, se estiver absolutamente convencido de que todos farão o mesmo. Caso contrário, a melhor alternativa sob seu ângulo exclusivo é adotar postura defensiva: apostar na continuidade da inflação e exigir alguma forma de correção monetária. Outro exemplo é a presente remarcação de preços como antecipação a eventualidade de novo congelamento.

É justamente para viabilizar a mais rápida convergência dessas expectativas dispares que pode-se justificar a intervenção na formação de preços e salários pelo mercado, como uma das armas anti-inflacionária.

A intervenção é necessária por-

que não há transparéncia no processo de formação das expectativas individuais em mercados chaves como o do trabalho (Além do complicador institucional da não coincidência temporal das datas de reajuste salarial das diversas categorias de trabalhadores).

A falta de informações precisas sobre a avaliação de diferentes grupos acerca da evolução dos preços alimenta a ação não cooperativa, dificultando e prolongando o processo de ajustamento voluntário das expectativas. Contraste esta situação com aquela de um mercado, como das bolsas de valores, em que, a cada momento, decisões individuais se refletem na formação de preços com alto grau de visibilidade.

O ponto fundamental a esclarecer é de que a intervenção não deve ser feita para substituir as forças de mercado mas apenas para torná-las mais homogêneas e conhecidas.

Isto significa que formas compulsórias devem ser limitadas no tempo e somente aplicadas quando já se tem, de fato, o controle sobre as fontes primárias de alimentação do processo inflacionário. Em outras palavras, quando parte substancial do excesso de demanda agregada já foi eliminado e, portanto, a economia já percorre uma trajetória de desaquecimento.

Sob outro prisma o controle temporário de preços é, em essência, expediente para viabilizar, politicamente, a desindexação salarial.

O verdadeiro choque precede, portanto, o eventual congelamento transitório, e reside, no caso brasileiro, no corte abrupto e efetivo do déficit do setor público, ampla e realisticamente definido para incluir todas as formas disfarçadas de dispêndio.

Exige também a continuidade da atual política monetária restritiva simbolizada pela prática de taxas de juros reais positivas afim de desestimular qualquer recaída especulativa de consumo.

No presente momento há ainda outro complicador representado pela frágil situação de nosso balanço de pagamentos, em ambiente externo crescentemente hostil

onde as taxas de juros se elevam, o preço do petróleo volta aumentar e ondas protecionistas se sucedem com freqüência.

Novo congelamento, mesmo temporário, não pode ser feito sem antes revertermos a situação externa e, em especial, chegarmos a algum tipo de acordo com os nossos credores que alivie o estrangulamento cambial. Nesse sentido, é importante recordar que não há qualquer margem para repetir a taxa de câmbio fixa adotada na versão original do plano Cruzado, nem tão pouco existe qualquer possibilidade de conter preços via importações.

Como se vê os problemas são complexos e irão exigir paciência, tempo, e, principalmente, vontade de política. É difícil, por exemplo, acreditar em controle efetivo do setor público e continuidade de política monetária sem importantes reformas institucionais: unificação ornamentária, reforma tributária e banco central independente. Essas, entretanto, são matérias constitucionais que terão de ser debatidas e apreciadas pelo Congresso Nacional nos próximos meses.

É grande o risco de que os elevados índices de inflação esperados para maio/junho — reflexo do inevitável processo de realinhamento de preços e do desnecessário movimento especulativo, que se seguiu ao endosso oficial à tese do congelamento — dispõe de forma precipitada novo programa de combate à inflação, onde o controle de preços e salários passam a ser um fim em si mesmo e não mero mecanismo complementar para uma mais rápida convergência de expectativas.

É fundamental resistir a impaciência política exacerbada pela síndrome do curto prazo, até porque um novo plano Cruzado apressadamente remendado, não teria a menor chance de sucesso. É preciso realisticamente reconhecer que não há soluções sem custo para romper a explosão inflacionária com as características crônicas do processo brasileiro atual. Esta foi a lição dramática da experiência de um ano atrás. E muito cedo ainda para ser esquecida...